

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GÉSSICA CARBONARO GREFFE

**NÍVEL DE ADOÇÃO DO PRONUNCIAMENTO TÉCNICO PME PELOS
ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS NA ELABORAÇÃO DAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO
DE ITAPORÃ/MS COM ENFOQUE NA MENSURAÇÃO DO ATIVO
IMOBILIZADO E FATORES QUE PODEM INFLUENCIAR ESSA
ADOÇÃO**

DOURADOS/MS

2016

GESSICA CARBONARO GREFFE

**NÍVEL DE ADOÇÃO DO PRONUNCIAMENTO TÉCNICO PME PELOS
ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS NA ELABORAÇÃO DAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO
DE ITAPORÃ/MS COM ENFOQUE NA MENSURAÇÃO DO ATIVO
IMOBILIZADO E FATORES QUE PODEM INFLUENCIAR ESSA
ADOÇÃO**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor: Manfredo Rode

Banca Examinadora:

Professor: Juarez Marques Aves

Professor: Me. Rafael Martins Noriller

Dourados/MS

2016

NÍVEL DE ADOÇÃO DO PRONUNCIAMENTO TÉCNICO PME PELOS
ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE ITAPORÃ/MS COM
ENFOQUE NA MENSURAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO E FATORES
QUE PODEM INFLUENCIAR ESSA ADOÇÃO

GESSICA CARBONARO GREFFE

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Professor Manfredo Rode

Presidente

Professor Juarez Alves Marques

Avaliador

Professor Me. Rafael Martins Noriller

Avaliador

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por me conceder força, saúde e proteção para enfrentar todos os desafios de minha vida.

A minha mãe Geuza, pela dedicação, total apoio e incentivo não me deixou desistir.

Ao meu pai Joacir, pela paciência e dedicação.

Ao meu namorado Fernando Onibeni, que esteve ao meu lado durante toda a graduação, incentivando os meus estudos.

Ao meu orientador Manfredo Rode, pela atenção a mim dispensada e pelas palavras de conforto nos momentos de aflição.

A amiga e colega de graduação Danielly Cosetin pelas alegrias, tristezas e dores compartilhadas, que sempre sem hesitar esteve disponível para oferecer ajuda em tudo que me foi necessário, sempre com muita paciência!

Aos amigos Robson Farias, Marcela Costa e Guilherme, por fazer parte dos momentos vividos durante minha graduação e por poder desfrutar de suas amizades.

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar o nível de adoção do CPC – PME na elaboração das demonstrações contábeis das empresas do município de Itaporã/MS com enfoque no ativo imobilizado e fatores que podem influenciar a adoção do mesmo. Para a execução deste estudo foi utilizado um questionário, o qual foi aplicado aos contadores responsáveis por escritórios de contabilidade do município de Itaporã/MS. A população em análise compreende 4 escritórios que tem empresas como clientes, totalizando 100% dos escritórios da cidade, que atendem pessoa jurídica, os dados foram analisados através de estatística descritiva. Os dados revelam que os contadores adotam o CPC PME na elaboração das demonstrações contábeis de apenas 30% das pequenas e medias empresas atendidas, constatando também certa fragilidade quanto ao conhecimento na integra do CPC em questão. Lembrando que o método de avaliação e mensuração do ativo imobilizado pode alterar o resultado da demonstração financeira da entidade, analisando os resultados ficou evidente que o padrão de mensuração do imobilizado praticado pela maioria dos entrevistados está de acordo com o CPC PME, mas quanto à depreciação e a demonstrações que devem ser realizadas de acordo com o CPC em questão as resposta divergem muito do padrão exigido. Os principais fatores que influenciam a adoção do CPC PME são a formação acadêmica dos contadores e o baixo nível de procura por informação, dos profissionais a respeito da norma.

Palavras-chave: Pequenas e Medias Empresas, CPC PME, Ativo Imobilizado.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the level of adoption of the CPC - SMEs in preparing the financial statements of the municipality of Itaporã/MS with a focus on fixed assets and factors that may influence the adoption of the same. For the execution of this study used a questionnaire, which was applied to accountants responsible for accounting offices of the municipality of Itaporã/MS. The population analysis comprises 4 offices that have business customers, totaling 100% of the city offices that meet legal entity, the data were analyzed using descriptive statistics. The data shows that accountants have adopted the CPC SMEs in preparing the financial statements of only 30% of small and medium companies attended, also noting certain fragility in the knowledge full of the CPC concerned. Recalling that the method of evaluation and measurement of fixed assets can change the outcome of the financial statement of the organization, analyzing the results it was evident that the pattern of fixed measurement practiced by the majority of respondents are in accordance with the CPC SMEs, but the depreciation and demonstrations to be conducted in accordance with the CPC in question the answer differ much of the required standard. The main factors influencing the adoption of CPC SMEs are the academic training of accountants and the low level of demand for information professionals about the standard.

Keywords: Small and Medium Enterprises. SMEs CPC, Fixed Assets.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- A classificação de porte de empresa adotada pelo BNDES e aplicável a todos os setores

Quadro 2- Classificação das empresas segundo o SEBRAE

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de empresas atendidas pelos escritórios

Tabela 2 - Quantidade de PME atendidas pelos escritórios

Tabela 3 - Formação acadêmica dos responsáveis

Tabela 4 - Tempo de atuação profissional dos contadores

Tabela 5 - Nível de conhecimento sobre o CPC PME

Tabela 6 – Nível de adoção do CPC PME pelos escritórios

Tabela 7 – Empresas que devem ser contempladas pelo CPC PME

Tabela 8 – Mensuração do ativo imobilizado

Tabela 9 – Depreciação do Ativo Imobilizado

Tabela 10 – Demonstrações contábeis elaboradas de acordo com o CPC PME

Tabela 11 – Motivos para adoção do CPC PME

Tabela 12 – Dificuldade para adoção do CPC PME

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

EPP – Empresas de Pequeno Porte

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PME – Pequena e Média Empresa

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	11
1.1	DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA	11
1.2	OBJETIVOS.....	12
1.2.1	Objetivo Geral.....	12
1.2.2	Objetivos Específicos	12
1.3	JUSTIFICATIVA.....	12
2.	REVISÃO TEÓRICA	14
2.1	PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS	14
2.2	ATIVOS	15
2.3	ATIVOS IMOBILIZADOS	16
2.3.1	Mensuração na Data do Reconhecimento	17
2.3.2	Mensuração Após O Reconhecimento Inicial	17
2.3.3	Depreciação	17
3.	METODOLOGIA	19
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	19
3.1.1	A pesquisa quanto aos objetivos.....	19
3.1.2	A pesquisa quanto aos procedimentos	19
3.1.3	A pesquisa quanto a abordagem do problema.....	20
3.2	TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	20
4.	ANÁLISE DE DADOS	22
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
	REFERÊNCIAS	31
I.	APENDICE	33

1. INTRODUÇÃO

Krakauer et al. (2012) afirma que “Pequenas e médias empresas (PMEs) possuem incontestável importância socioeconômica para o país, tanto no que diz respeito à produção, empregabilidade e arrecadação de impostos, como em relação ao estímulo à inovação e competitividade”. Dada a importância das PMEs, tem-se a necessidade das mesmas, divulgarem suas demonstrações, de acordo com o pronunciamento técnico adequado.

De acordo com o CPC – PME, pequenas e médias empresas são empresas que:

- (a) não tem obrigação pública de prestação de contas; e
- (b) elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos. Exemplos de usuários externos incluem proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito.

As micro e pequenas empresas (MPEs) representam 98% dos estabelecimentos formais na economia brasileira. Em 2008, responderam por 52,3%, do total de empregados formais. Em 2010, foram a maior parte representativa de empregos formais. Está crescendo também o número de MPEs exportadoras. Entre 1998 e 2008, o número cresceu de 8.900 para 12.917. Em 2009, representavam 77,7% do total de exportadoras de serviços no país. (COUTINHO, 2011)

Os ativos são de fundamental importância para a entidade. “Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade”. (CPC – PME – R1, 2009)

O estudo objetiva enfatizando a mensuração do ativo imobilizado analisar o nível de adoção do CPC PME, e fatores que podem influenciar a adoção do mesmo na elaboração das demonstrações contábeis das empresas do município de Itaporã/MS.

1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Qual o nível de adoção do CPC - PME pelos escritórios de contabilidade na elaboração das demonstrações contábeis das empresas do município de Itaporã/MS e de que forma vem sendo mensurados seus ativos imobilizados? Quais os fatores que estão influenciando a adoção do mesmo pelos contadores?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o nível de adoção do CPC – PME pelos escritórios de contabilidade na elaboração das demonstrações contábeis das empresas do município de Itaporã/MS com enfoque no ativo imobilizado e fatores que podem influenciar a adoção do mesmo.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar se os responsáveis pelos escritórios de contabilidade do município de Itaporã/MS estão elaborando as demonstrações contábeis das Pequenas e Médias Empresas deste município de acordo com CPC - PME;
- Descrever quais fatores podem influenciar os contadores a adotarem o CPC PME;
- Mostrar se profissionais estão aplicando o padrão de mensuração do ativo imobilizado estabelecido pelo CPC em questão;
- Identificar quais as principais dificuldades na adoção do CPC PME.

1.3 JUSTIFICATIVA

Segundo o CPC - PME (2009) “Mensuração é o processo de determinar as quantias monetárias pelas quais a entidade mensura ativos, passivos, receitas e despesas em suas demonstrações contábeis. Mensuração envolve a seleção de uma base de avaliação”.

O CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas foi aprovado em dezembro de 2009 e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010, “no Brasil, além das empresas de capital aberto ou sociedades de grande porte, as pequenas e médias empresas também devem adotar as normas emanadas pelo CPC, por meio de um Pronunciamento Técnico Contábil específico”. (FARIA; SILVA, 2014).

De acordo com o CPC – PME, o objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é:

Oferecer informação sobre a posição financeira, o desempenho e fluxos de caixa da entidade, que é útil para a tomada de decisão por vasta gama de usuários que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação”. (CPC - PME, 2009)

O estudo se faz necessário dada a importância das demonstrações contábeis para a informação de seus usuários e a influência que ela traz a tomada de decisão e também ao grande percentual MPEs concentrado no município de Itaporã. De acordo com o mapa de oportunidade do município SEBRAE (2015) “considerando todos os setores de atividade, a maior parte (99,6%) das empresas existentes em Itaporã é Micro ou pequena empresa”.

E para a comunidade acadêmica, a importância desse estudo se dá pela maior compreensão do ativo imobilizado, através de uma análise do CPC – PME e sua utilização pelos profissionais de contabilidade do município de Itaporã/ MS.

2. REVISÃO TEÓRICA

2.1 PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS

Segundo Santos (2012, p. 26), “o interesse pelas Micro, Pequenas e Médias Empresas tem aumentado devido ao papel desempenhado pelas mesmas na criação líquida de empregos, até mesmo em períodos de recessão”. O CPC – PME (2009) define como “empresas de pequeno e médio porte (PMEs), conjunto esse composto por sociedades fechadas e sociedades que não sejam requeridas a fazer prestação pública de suas contas”

O termo empresas de pequeno e médio porte adotado neste Pronunciamento não inclui (i) as companhias abertas, reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM; (ii) as sociedades de grande porte, como definido na Lei nº. 11.638/07; (iii) as sociedades reguladas pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados e outras sociedades cuja prática contábil é ditada pelo correspondente órgão regulador com poder legal para tanto. (CPC – PME, 2009)

Conforme Santos (2012, p. 25) “definição das PME varia de acordo com a metodologia adotada por cada país, mais especificamente, pelo tamanho de cada mercado”. Ressaltando que de acordo com o com a Lei Complementar nº 123/06, o critério adotado é pela receita bruta anual, conceituando Microempresas (ME) as que possuem uma receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00, já Empresas de Pequeno Porte (EPP) são as que possuem rendimentos maior que R\$ 360.000,00 e menor ou igual a R\$ 3.600.000,00 anuais.

O quadro seguinte mostra a classificação das empresas segundo o Banco Nacional de desenvolvimento (BNDES):

Quadro 1 - A classificação de porte de empresa adotada pelo BNDES e aplicável a todos os setores está resumida no quadro a seguir:

Classificação	Receita operacional bruta
Microempresa	Menor ou igual a R\$ 2,4 milhões
Pequena empresa	Maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões
Media empresa	Maior que R\$ 16 milhões e menor ou igual a R\$ 90 milhões
Média-grande empresa	Maior que R\$ 90 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões
Grande empresa	Maior que R\$ 300 milhões

Fonte: BNDES(2016)

De acordo com a apostila do BNDES de apoio às micro, pequenas e médias empresas (2015, p. 5) “O BNDES utiliza essa classificação para enquadramento das condições de suas linhas e programas de financiamento. Isso acontece porque as condições financeiras podem variar em função do porte da empresa que solicita o financiamento”.

No Quadro 2 logo abaixo, pode-se visualizar que o SEBRAE utiliza o critério por número de empregados do IBGE como critério de classificação do porte das empresas, para fins bancários, ações de tecnologia, exportação e outros.

Quadro 2 – Classificação das empresas segundo o SEBRAE:

	Indústria	Comércio e serviços
Micro	Com até 19 empregados	Até 9 empregados
Pequena	De 20 a 99 empregados	De 10 a 49 empregados
Media	De 100 a 499 empregados	De 50 a 99 empregados
Grande	Mais de 500 empregados	Mais de 100 empregados

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm

2.2 ATIVOS

Iudícibus et al. (2010, p. 2) afirma que “ativos compreende os recursos controlados por uma entidade e dos quais se esperam benefícios econômicos futuros”.

O benefício econômico futuro embutido em um ativo é o seu potencial de contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa da entidade. Tal potencial poderá ser produtivo, quando o recurso for parte integrante das atividades operacionais da entidade. Poderá ter também a forma de conversibilidade em caixa ou equivalentes de caixa ou poderá ainda ser capaz de reduzir as saídas de caixa, como no caso de um processo industrial alternativo que reduza os custos de produção. (IUDÍCIBUS et al., 2010, p. 41)

Ernst & Yong (2010, p. 5) afirma que “ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade”.

Os benefícios econômicos futuro de um ativo podem fluir para a entidade de diversas maneiras. Por exemplo, um ativo pode ser (a) usados isoladamente ou em conjunto com outros ativos na produção de mercadorias e serviços a serem vendidos pela entidade, (b) trocado por outros ativos, (c) usado para liquidar um passivo, ou (d) distribuído aos proprietários da entidade. (ERNST & YONG, 2010, p. 5)

Marion (2008, p.58) discorre sobre as contas do ativo “são agrupadas de acordo com sua rapidez de conversão em dinheiro: de acordo com seu grau de liquidez (a capacidade de se transformar em dinheiro rapidamente)”.

De acordo com o CPC – PME (2009) “O benefício econômico futuro do ativo é o seu potencial de contribuir, direta ou indiretamente, para com o fluxo de caixa e equivalentes de caixa para a entidade. Esses fluxos de caixa podem vir do uso de ativo ou de sua liquidação”.

Muitos ativos, como, por exemplo, itens do imobilizado, têm forma física. Entretanto, a forma física não é essencial para a existência de ativo. Assim sendo, as patentes e os direitos autorais, por exemplo, são considerados ativos, caso deles sejam esperados que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e caso eles sejam por ela controlados. (CPC – 00 R1, 2009)

2.3 ATIVOS IMOBILIZADOS

Segundo Marion (2008, p. 327) “entende-se por ativo imobilizado todo ativo de natureza relativamente permanente que se utiliza na operação dos negócios de uma empresa e que não se destina à venda”.

De acordo com o CPC – PME (2009) “ativos imobilizados são ativos tangíveis que:(a) são mantidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel a terceiros ou para fins administrativos; e (b) que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período.

Sobressalentes e peças para reposição e alguns tipos de equipamentos de uso interno são muitas vezes contabilizados como estoques e reconhecidos no resultado quando consumidos. Entretanto, as peças para reposição principais, sobressalentes principais e os equipamentos de uso interno principais são ativos imobilizados quando a entidade espera utilizá-los durante mais do que um período. Similarmente, se puderem ser utilizados apenas conjuntamente com um item do ativo imobilizado, eles são considerados ativos imobilizados. (CPC – PME, 2009).

O item 17.6 do CPC – PME (2009, p. 97) fala em sua redação sobre itens do ativo que podem requerer substituição em intervalos regulares, tem o seguinte tratamento:

Partes de alguns itens do ativo imobilizado podem requerer substituição em intervalos regulares (por exemplo, o teto de edifício). Se se espera que a parte substituída acrescente benefícios futuros à entidade, esta deve adicionar ao valor contábil do item de ativo imobilizado o custo de substituição da parte de tal item. O valor contábil das partes que são substituídas são baixados de acordo com os itens 17.27 a 17.30. O item 17.16 dispõe que, caso as partes principais de item do ativo imobilizado tenham padrões de consumo de benefícios econômicos significativamente diferentes, a entidade deve alocar o custo inicial do ativo para suas partes principais e depreciar cada parte separadamente ao longo de sua vida útil. **(NR)** *(Nova Redação dada pela Revisão CPC n.º 2, de 8/04/2011)*

2.3.1 Mensuração na Data do Reconhecimento

O item 17.9 do CPC – PME (2009) fala que a entidade deve mensurar um item do ativo imobilizado no reconhecimento inicial pelo seu custo. O item 17.10 descreve os elementos do custo, são eles:

O custo de item do ativo imobilizado compreende todos os seguintes custos:

- (a) seu preço de compra, incluindo taxas legais e de corretagem, tributos de importação e tributos de compra não recuperáveis, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;
- (b) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição necessária para que seja capaz de funcionar da maneira pretendida pela administração. Esses custos podem incluir os custos de elaboração do local, frete e manuseio inicial, montagem e instalação e teste de funcionalidade;
- (c) a estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração da área na qual o item está localizado, a obrigação que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de ter utilizado o item durante determinado período para finalidades que não a produção de estoques durante esse período.

2.3.2 Mensuração Após o Reconhecimento Inicial

De acordo com o item 17.15 do CPC – PME (2009, p. 98):

A entidade deve mensurar todos os itens do ativo imobilizado, após o reconhecimento inicial, pelo custo menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável de ativos acumuladas. A entidade deve reconhecer os custos de operação dia-a-dia de item de ativo imobilizado como despesa do resultado no período em que são incorridos.

2.3.3 Depreciação

De acordo com o CPC 27 “Cada componente de um item do ativo imobilizado com custo significativo em relação ao custo total do item deve ser depreciado separadamente”. No Art.183,§ 2º, da Lei nº 6.404/76, fala sobre o registro da depreciação, estabelecendo que:

Depreciação, quando corresponder à perda do valor dos direitos que têm por objeto bens físicos sujeitos a desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

3. METODOLOGIA

No que diz respeito a metodologia científica, Rodrigues (2007, p. 2) afirma que: “é um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento, de uma maneira sistemática.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Beuren (2006, p. 76) afirma que: “no rol dos procedimentos metodológicos estão os delineamentos, que possuem um importante papel na pesquisa científica, no sentido de articular os planos e estruturas a fim de obter respostas para os problemas de estudo”.

Kerlinger (1980, p. 94 apud BEUREN, 2006, p. 76) explicita que: “a palavra delineamento focaliza a maneira pela qual um problema de pesquisa é concebido e colocado em uma estrutura que se torna um guia para nossa experimentação, coleta de dados e análise”.

3.1.1 A pesquisa quanto aos objetivos

Quanto aos objetivos se enquadra em exploratória. Gil (1999), afirma que “a pesquisa exploratória é utilizada quando o tema escolhido é pouco explorado e torna se difícil formular hipóteses precisas sobre ele”. A pesquisa tem o objetivo de analisar o nível de adoção do pronunciamento técnico PME e a forma de mensuração do ativo imobilizado.

Severino (2007, p. 123) explica que “a pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições e manifestações desse objeto”.

3.1.2 A pesquisa quanto aos procedimentos

Para oferecer todo o embasamento teórico necessário para a pesquisa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, dissertações e artigos científicos com o objetivo de esclarecer

o tema abordado. Severino (2007, p.122) afirma que “a pesquisa bibliográfica e aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.”

De acordo com Beuren (2010) uma análise de dados significa “trabalhar com o material obtido durante o processo investigatórios, ou seja, os questionários aplicados, os relatos, as observações, os apontamentos do *checklist*, as transcrições das entrevistas realizadas”.

3.1.3 A pesquisa quanto a abordagem do problema

Quanto a abordagem a pesquisa é classificada quantitativa. Segundo Richardson (1999, p. 70 apud Beuren 2010, p.93) a pesquisa quantitativa:

“Caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio das técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, as mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.”

3.2 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Para fins dessa pesquisa foi aplicado um questionário, no período de 4 a 8 de abril de 2016, aos cinco escritórios de contabilidade do município de Itaporã/MS com a finalidade de evidenciar qual a forma de realizar as demonstrações contábeis das PME. Dos cinco escritórios localizados no município um deles informou que não trabalhava com pessoas jurídicas, apenas com pessoas físicas, por isso foi inviável a devolução do questionário pelo mesmo. Visto isso a população em análise será compreendida por apenas quatro escritórios do município de Itaporã/MS que atendem Empresas de Pequeno e Médio Porte.

Na pesquisa foi utilizado um questionário, que foi entregue pessoalmente aos escritórios, contendo 13 questões de múltipla escolha, para caracterizar o contador responsável, identificar se o CPC – PME é adotado e com qual frequência, ou seja, se é aplicado em todas, em algumas ou nenhuma empresa atendida pelo escritório. A elaboração do questionário foi feita com base no questionário aplicado por Faria e Silva (2014), com as adequações necessárias. Os questionários foram analisados por meio de estatística descritiva, com o uso de frequências absolutas e relativas.

Será focado no ativo imobilizado como forma de identificar a adoção do CPC - PME pelos escritórios de contabilidade, devido ao fato de este corresponder a grande parte do ativo das empresas.

4. ANÁLISE DE DADOS

Obteve-se 100% de retorno nas respostas aos questionários aplicados a todos os escritórios que atende empresas no município de Itaporã/MS. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE no seu cadastro central de empresas do município de Itaporã/MS (2013) evidencia que “o número de empresas atuantes é de 442 unidades”. As tabelas de 1 a 4 classificam o perfil da amostra.

Tabela 1 - Quantidade de empresas atendidas pelos escritórios

Empresas	Quantidade	Frequência relativa %
De 01 a 15 empresas	0	0
De 16 a 30 empresas	1	25
De 31 a 60 empresas	1	25
De 61 a 90 empresas	1	25
Mais de 90 empresas	1	25
Total de respostas	4	100

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Analisando a Tabela 1 percebe-se que a quantidade de empresas atendidas por cada escritório é bem diversa e apenas 25% da amostra atende mais de 90 empresas.

Tabela 2 - Quantidade de PME atendidas pelos escritórios

	Quantidade	Frequência relativa %
Até 20%	0	0
De 21% a 40%	2	50
De 41% a 60%	0	0
De 61% a 80%	1	25
De 81% a 100%	1	25
Total de respostas	4	100

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Já na Tabela 2 quando questionados quanto ao percentual de PMEs atendidas pelo escritório, 50% afirmam que de 21% a 40% das empresas atendidas são PME e apenas 25% afirma que de 80% a 100% são PME.

Tabela 3 - Formação acadêmica dos responsáveis

	Quantidade	Frequência relativa %
Técnico	2	50
Bacharel	2	50
Pós-Graduado	0	0
Mestre	0	0
Doutor	0	0
Total de respostas	4	100

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Quanto a formação acadêmica dos contadores, analisando a Tabela 3 pode-se verificar que 50% dos entrevistados são técnicos em contabilidade e os outros 50% são bacharéis, chamando à atenção para a questão que nenhum dos contadores é pós-graduado, mestre ou doutor em contabilidade.

Tabela 4 - Tempo de atuação profissional dos contadores

	Quantidade	Frequência relativa %
Menos de 5 anos	0	0
De 5 a 10 anos	0	0
De 11 a 15 anos	2	50
De 16 a 20 anos	1	25
Mais de 21 anos	1	25
Total de respostas	4	100

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Já a respeito do tempo de atuação profissional pode-se identificar na Tabela 4 que 50% dos entrevistados tem entre 11 e 15 anos de atuação na área e os demais possuem mais de 15 anos, constatando assim que, dos contadores entrevistados, nenhum possui menos de 10 anos de experiência na área.

Tabela 5 - Nível de conhecimento sobre o CPC PME

	Quantidade	Frequência relativa %
Possui conhecimento e domina todo o conteúdo	0	0
Familiarizado com as determinações, mas desconhece sua integralidade	4	100
Apenas ouviu falar ou leu algo sobre	0	0
Desconhece o assunto	0	0

Total de respostas	4	100
--------------------	---	-----

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Os dados da Tabela 5, objetiva verificar o nível de conhecimento sobre o CPC PME e verificou-se através dessa tabela que 100% dos contadores afirmam estar familiarizado com as determinações, mas desconhece sua integra, contrariando o estudo de Faria e Silva (2014) visto que, em tal estudo a maioria dos contadores 64% afirma desconhecer o assunto.

Tabela 6 – Nível de adoção do CPC PME pelos escritórios

Contadores que elaboram as demonstrações contábeis de acordo com o CPC PME	Quantidade	Frequência relativa %
Em nenhuma das PME clientes	0	0
Em até 30% das PME clientes	4	100
Entre 30% e 50% das PME clientes	0	0
Em mais de 50% das PME Clientes	0	0
Total de respostas	4	100

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Quando questionados a respeito do nível de adoção do CPC PME nas PMEs atendidas pelos escritórios 100% dos contadores afirmam aplicar o CPC PME em até 30% das PME atendidas como pode-se identificar na Tabela 6, então pode-se concluir que o uso deste CPC é pouco adotado pelos entrevistados.

Tabela 7 – Empresas que devem ser contempladas pelo CPC PME

	Quantidade	Frequência relativa %
Todas as empresas	0	0
Empresas que não tem obrigação publica de prestação de contas e elaboram suas demonstrações contábeis para fins gerais	4	100
Sociedades por ações	0	0

Total de respostas	4	100
--------------------	---	-----

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Já na questão sobre empresas que devem ser contempladas pelo CPC PME, 100% dos contadores, afirmaram que são empresas que não tem obrigação pública de prestação de contas e elaboram suas demonstrações contábeis para fins gerais, como pode ser visto na Tabela 7, e que está em conformidade com o CPC PME e que confirma as respostas obtidas pelo estudo de Faria e Silva (2014) onde identificou-se que a maioria 62% dos contadores também escolheu esse item.

Tabela 8 – Mensuração do ativo imobilizado

Método	Quantidade	Frequência relativa %
Considera, inicialmente, o custo original e, nos exercícios seguintes, o custo menos depreciação e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumuladas	3	75
Considera o menor valor entre o valor contábil e o valor justo	0	0
Considera o custo histórico deduzido da depreciação acumulada	1	25
Considera o custo histórico menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável	0	0
Total de respostas	4	100

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Pode-se visualizar na Tabela 8 que quando questionados com relação a mensuração do ativo imobilizado 75% dos contadores escolheu a alternativa que está de acordo com o item 17.15 do CPC PME (2009, p. 98), nesse caso então a maioria está mensurando corretamente o ativo imobilizado das PMEs as quais aplicam este CPC.

Tabela 9 – Depreciação do Ativo Imobilizado

Tratamento da depreciação	Quantidade	Frequência relativa %
Contabiliza a depreciação desde quando o bem entra em operação até o final de sua vida útil, independente se o bem estiver ocioso no período	3	75
Considera uma vida útil estimada fixa para cada grupo do ativo imobilizado	1	25
Realiza revisões anuais na vida útil dos bens, independente de condições tecnológicas e do ambiente	0	0
Contabiliza a depreciação em bases sistemáticas ao longo da vida útil estimada para ativos	0	0
Total de respostas	4	100

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Observa-se uma incoerência com relação a mensuração e a depreciação, visto que na Tabela 9 que questiona o tratamento da depreciação do ativo imobilizado, nenhum dos contadores indicaram realizar a depreciação de acordo com o CPC PME 2009 que no item 17.18 diz que “A entidade deve alocar o valor depreciável de ativo em base sistemática ao longo da sua vida útil.”

A Tabela 9, mostra também que 75% dos entrevistados ainda contabilizam a depreciação desde quando o bem entra em operação até o final de sua vida útil, independente se o bem estiver ocioso no período, assemelhando-se assim ao estudo de Faria e Silva (2014) em que 53% dos entrevistados escolheram esta alternativa, totalizando a maioria.

Tabela 10 – Demonstrações contábeis elaboradas de acordo com o CPC PME

Demonstrações contábeis	Quantidade	Frequência relativa %
Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado de Exercício	1	25
Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado e Notas Explicativas	1	25

Balço Patrimonial, Demonstração de Resultado e Demonstração de Fluxo de Caixa	1	25
Balço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração de Resultado Abrangente e demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (quando aplicáveis); Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas	1	25
Total de respostas	4	100

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Sobre as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas, apenas um dos entrevistados respondeu de acordo com o CPC em questão, como pode ser visto na Tabela 10, equiparando-se ao estudo de Faria e Silva (2014) onde apenas um dos entrevistados respondeu corretamente. De acordo com a redação CPC PME (2009, p. 22, item 3.17), afirma que o conjunto completo de demonstrações contábeis da entidade deve incluir todas as seguintes demonstrações:

- (a) balanço patrimonial ao final do período;
- (b) demonstração do resultado do período de divulgação;
- (c) demonstração do resultado abrangente do período de divulgação. A demonstração do resultado abrangente pode ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou dentro das mutações do patrimônio líquido. A demonstração do resultado abrangente, quando apresentada separadamente, começa com o resultado do período e se completa com os itens dos outros resultados abrangentes;
- (d) demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de divulgação;
- (e) demonstração dos fluxos de caixa para o período de divulgação;
- (f) notas explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias.

Tabela 11 – Motivos para adoção do CPC PME

Fatores	Quantidade	Frequência relativa %
Exigência de clientes	0	0
Adesão voluntaria	2	50
Exigência de órgãos públicos	0	0
Exigência de instituições financeiras	0	0
Atendimento ao CPC	1	25

Exigência de órgão reguladores	1	25
Exigência de usuários externos	0	0
Total de respostas	4	100

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Com relação ao motivo que os levou a adoção do CPC PME a Tabela 11, mostra que 50% dos contadores entrevistados afirmam ser por adesão voluntária, mais uma vez assemelhando-se ao estudo de Faria e Silva (2014), em que 44% dos entrevistados afirmam ter aderido este CPC voluntariamente.

Tabela 12 – Dificuldade para adoção do CPC PME

	Quantidade	Frequência relativa %
Falta de divulgação, orientação e treinamento por parte dos órgãos competentes e entidades classistas	2	50
Sobrecarga de trabalho e aumento nos custos e prestação de serviços aos clientes	0	0
Falta de qualificação ou treinamento para aplicar a norma	2	50
Falta de estrutura dos escritórios contábeis	0	0
Desconhecimento do assunto	0	0
Complexidade da norma	0	0
	4	100

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

E por fim, na Tabela 12, pode-se visualizar que, quando questionados a respeito da maior dificuldade encontrada para adoção do CPC PME, 50% dos contadores afirmam ser por falta de orientação e treinamento por parte dos órgãos competentes e entidades classistas, já os outros 50% afirmam ser por falta de qualificação ou treinamento para aplicar a norma. Verifica-se assim que esses são os principais fatores pelos quais o CPC PME é pouco utilizado pelos usuários da contabilidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou verificar o nível de adoção do CPC PME na elaboração das demonstrações contábeis das empresas do município de Itaporã/MS pelos escritórios de contabilidade, focando no ativo imobilizado e nos fatores que podem influenciar a adoção do CPC em questão. Através das respostas obtidas, por meio de questionário aplicado aos responsáveis por escritórios de contabilidade do município de Itaporã/MS, foi possível diagnosticar um baixo nível de adoção do pronunciamento técnico CPC PME por meio dos contadores, levando a acreditar que seja devido a formação acadêmica e ao baixo nível de procura por informação, dos profissionais a respeito da norma, o que é preocupante, visto que este pronunciamento já está em vigor há seis anos. Lembrando que foi identificado apenas 5 escritórios de contabilidade no município, e que o questionário foi aplicado aos cinco, visto que um deles afirmou atender apenas pessoa física, no entanto, não estaria apto a responder o questionário nem se enquadra na população analisada, portanto a população em estudo é composto por 100% dos escritório do município de Itaporã/MS que tem empresas como clientes.

Como um dos objetivos da demonstrações contábeis é oferecer informação sobre a posição financeira da entidade e o ativo imobilizado geralmente faz parte de grande quantidade do ativo da mesma, o ativo imobilizado sendo avaliado e mensurado de forma incorreta, poderá afetar o resultado das demonstrações da empresa. Mesmo ficando evidente, que a questão do padrão de mensuração do ativo imobilizado praticada pela maioria dos entrevistados está de acordo com o CPC PME, pode se afirmar que os entrevistados não estão elaborando as demonstrações contábeis das PMEs de acordo com o CPC em questão, visto que as respostas quanto ao modo de lançar a depreciação e quais demonstrações contábeis que devem ser realizadas, de acordo com este pronunciamento, foram diversas, já quanto ao conhecimento sobre o conteúdo do CPC em questão todos afirmam estar familiarizado com as determinações mas desconhece sua íntegra. Entende se assim que para elaborar as demonstrações contábeis das PMEs de acordo com o CPC em questão, os contadores devem atender todos os itens do mesmo e não apenas um e ter um conhecimento maior sobre o assunto.

Quanto a fatores que levaram a adotar o CPC PME, a maioria dos contadores, diz ter sido voluntariamente. Já a respeito das dificuldades encontradas na adoção do CPC PME, metade dos entrevistados, afirma ser por falta de divulgação, orientação e treinamento por parte

dos órgãos competentes e entidades classistas e outra metade afirma ser por falta de qualificação ou treinamento para aplicar a norma, visto isso, tem-se esses dois fatores como principal responsável na dificuldade a adoção. Importante lembrar que os resultados aqui apresentados se limitam ao universo investigado.

Sugere-se como pesquisas futuras, identificar métodos de divulgação e incentivo para aplicação do CPC PME, identificando os métodos, estudar a viabilidade de projeto que torne possível a implantação de métodos cabíveis.

REFERÊNCIAS

BEUREN, ILSE MARIA. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. Ed. – 5. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010

BNDES, Cartilha do BNDES de apoios às micro pequenas e medias empresa 2015. Disponível em:

<<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/4261/1/Cartilha%20MPME%202015.pdf>> Acesso em: 16 maio 2016.

BRASIL. Art. 183 da lei das Sociedades Anônimas de 1976 - lei 6404/76. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11487445/artigo-183-da-lei-n-6404-de-15-de-dezembro-de-1976>> Acesso em: 10 ag. 2015.

BRASIL. Lei nº 123/06. Dispõe sobre o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm> Acesso em: 15 abril. 2016.

COUTINHO, Luciano. **O cenário econômico e as MPE.** Banco Nacional do Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empr esa/download/apresentacoes/Coutinho_CenarioEconomicoeMPE_set10.pdf>. Acesso em: 05 maio 2015.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS **Pronunciamento Conceitual Básico CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.** Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf> Acesso em: 17 set. 2015.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS **Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.** Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/316_CPC_27_rev%2006.pdf> Acesso em: 20 ago. 2015.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS **Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.** Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=79>> Acesso em: 15 maio 2015.

ERNST & YONG. Manual de Normas Internacional de Contabilidade: IFRS versus normas brasileiras. 2º. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FARIA, CAMILA TELES DE ARAÚJO; SILVA, DENISE MENDES DE. A adoção do CPC PME – Contabilidade para pequenas e medias empresas. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 8, n. 3, p. 75 - 91, set/dez. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5. ed. São Paulo: atlas, 1999.

IBGE, Cadastro central de empresas 2013. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=500450&idtema=142&search=mato-grosso-do-sul|itapora|estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas-2013>>. Acesso em: 10 abril 2016.

IUDICIBUS, Sergio de et al. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

KRAKAUER, Patricia Viveiros de Castro et al. Planejamento estratégico em pequenas e medias empresas: Estudo quantitativo com empresas brasileiras de tecnologia da informação. **Revista Espacios**, v. 33, n. 7, p. 14, 2012. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a12v33n07/12330714.html#uno>>. Acesso em: 06 maio 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARION. Jose Carlos. **Contabilidade empresarial**. 15º Ed. São Paulo: Atlas, 2009

RODRIGUES, William Costa. Metodologia científica. FAETEC/IST, Paracambi, 2007. Disponível em: <http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodologia_cientifica.pdf>. Acesso em: 16 maio 2016.

SANTOS, George Magno; **Crerios utilizados pelos escritórios contábeis na adoção inicial do pronunciamento CPC PME**. Dissertação Mestrado em Controladoria Empresarial – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://up.mackenzie.br/fileadmin/user_upload/_imported/fileadmin/PUBLIC/UP_MACKENZIE/servicos_educacionais/stricto_sensu/Ciencias_Contabeis/Dissertacoes/George_Magno_Santos.pdf>. Acesso em: 15 abril 2016.

SEBRAE, **Desenvolvimento Econômico Territorial – Itaporã/ms**. PROGEQ – programa estadual de apoio aos pequenos negócios – MS.2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

I. APENDICE**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

O presente questionário é parte integrante de um estudo sobre o nível de adoção do pronunciamento técnico PME na elaboração das demonstrações contábeis das empresas do município de Itaporã/MS com enfoque na mensuração do ativo imobilizado e fatores que podem influenciar essa adoção.

Todas as respostas serão totalmente anônimas e confidenciais. Para que este estudo possa dar proveitos, é preciso de um número significativo de respostas.

Questionário

1-Genero?

- () Feminino
- () Masculino

2- Qual sua escolaridade?

- () Técnico em contabilidade.
- () Bacharel em contabilidade.
- () Pós-Graduado em contabilidade ou áreas a fins.
- () Mestre em contabilidade ou áreas a fins.
- () Doutor.

3-Qual seu tempo de atuação na área da contabilidade?

_____anos.

4-Qual a quantidade de empresas atendida pelo escritório?

- () De 1 a 15 empresas.
- () De 16 a 30 empresas.
- () De 31 a 60 empresas.
- () De 61 a 90 empresas.
- () Mais de 90 empresas.

5-Do total de empresas pelas quais o escritório é responsável qual porcentagem que mais se aproxima da quantidade de PMEs atendidas?

- Até 20%.
- De 21% a 40%.
- De 41% a 60%.
- De 61% a 80%.
- De 81% a 100%.

6- Como classifica seu conhecimento a respeito do CPC PME?

- Possui conhecimento e domina todo o conteúdo do CPC PME.
- Familiarizado com as determinações, mas desconhece sua integralidade.
- Apenas ouviu falar ou leu algo sobre.
- Desconhece o assunto.

7- Costuma elaborar as demonstrações contábeis de acordo com o CPC PME em:

- nenhuma das PME clientes.
- até 30% das PME clientes.
- entre 30% e 50% das PME clientes.
- mais de 50% das PME clientes.
- todas as PME clientes.

8 - De acordo com os seus conhecimentos a respeito do conteúdo do CPC PME quais empresas devem ser contempladas com o CPC PME na elaboração de suas demonstrações contábeis?

- Todas as empresas.
- Empresas que não tem obrigação pública de prestação de contas e elaboram suas demonstrações contábeis para fins gerais.
- Sociedades por ações.

9 - De que forma mensura o ativo imobilizado das PME atendidas pelo escritório e que fazem uso do CPC PME?

- Considera, inicialmente, o custo original e, nos exercícios seguintes, o custo menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.
- Considera o menor valor entre o valor contábil e o valor justo.
- Considera o custo histórico deduzido da depreciação acumulada.
- Considera o custo histórico menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

10 - De que forma realiza a depreciação do ativo imobilizado das PME atendidas pelo escritório que fazem uso do CPC PME

- () Contabiliza a depreciação desde quando o bem entra em operação até o final de sua vida útil, independente se o bem estiver ocioso no período.
- () Considera uma vida útil estimada fixa para cada grupo do ativo imobilizado.
- () Realiza revisões anuais da vida útil dos bens, independentemente de condições tecnológicas ou do ambiente.
- () Contabiliza a depreciação em bases sistemáticas ao longo da vida útil estimada para os ativos.

11 - Quais as demonstrações contábeis que devem ser apresentadas de acordo com o CPC PME?

- () Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado.
- () Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado e Notas Explicativas.
- () Balanço patrimonial, Demonstração de Resultado e Demonstração de Fluxo de Caixa.
- () Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração de Resultado Abrangente e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido(quando aplicáveis); Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.

12 - Qual dos motivos que o levou a adotar o CPC PME?

- () Exigência de clientes
- () Adesão voluntaria
- () Exigência de instituições financeiras
- () Exigência de órgão publico
- () Atendimento ao CPC
- () Exigência de órgãos reguladores
- () Exigência de usuários internos

13- Dentre as alternativas abaixo qual se enquadra melhor com a maior dificuldade encontrada para a adoção do CPC PME?

- () Falta de divulgação, orientação e treinamento por parte dos órgãos competentes e entidades classistas.
- () Sobrecarga de trabalho e aumento nos custos de prestação de serviços aos clientes.
- () Falta de qualificação ou treinamento para aplicar a norma.
- () Falta de estrutura dos escritórios contábeis.
- () Desconhecimento do assunto.
- () Complexidade da norma